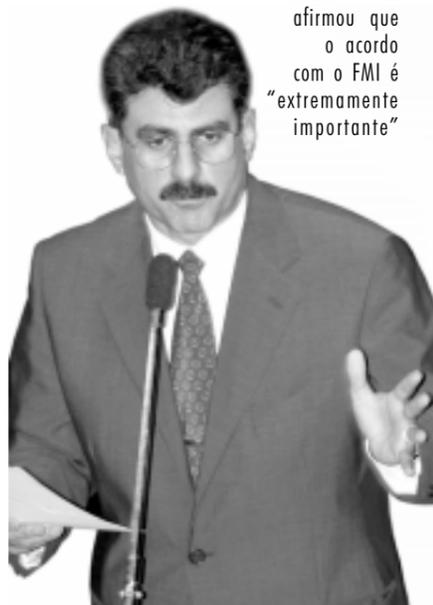


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.333 – BRÁSILIA, TERÇA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2001



Romero Jucá afirmou que o acordo com o FMI é "extremamente importante"

Malan pode depor no Senado sobre acordo com o FMI

Romero Jucá diz que base governista apóia solicitação a ser apresentada hoje pela senadora Heloísa Helena

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, pode comparecer ao Senado para explicar o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), recen-

temente anunciado. A convocação do ministro, que deve ser proposta hoje pela senadora Heloísa Helena, foi apoiada pelo líder do governo, Romero Jucá.

PÁGINAS 4 E 5



Heloísa Helena pretende convocar também o presidente do Banco Central e o ministro do Planejamento



Jorge Bornhausen quer delimitar o poder do Estado diante do contribuinte

CAE deve examinar hoje projeto que cria Código do Contribuinte

PÁGINA 3

Comissão define como investigará denúncias contra Jader

A comissão encarregada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de realizar apurações prévias sobre as denúncias contra o senador Jader Barbalho reúne-se hoje para definir seu funcionamento. Como primeira providência, a comissão deve solicitar fitas com gravações telefônicas sobre o caso Sudam.

PÁGINA 6

Senadores defendem reajuste para servidores públicos federais

Jefferson Péres quer revisão da proposta orçamentária de 2002 para assegurar reajuste salarial de servidores e Mozarildo Cavalcanti diz que Congresso não pode adiar solução do problema. Lauro Campos elogia posição do presidente do STF em favor do aumento.

PÁGINA 8

Grande parte dos servidores públicos está sem reajuste salarial há sete anos



Cabral prevê votação rápida de restrições a MPs

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não acredita em pedido de vista da proposta na reunião de amanhã que deve votar o relatório do senador Osmar Dias

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), previu tramitação rápida para a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias. A PEC consta da pauta da reunião de amanhã da comissão, quando deverá ser votado o relatório do senador Osmar Dias (sem partido-PR). Cabral não

crê em pedido de vista da matéria, o que atrasaria em pelo menos uma semana o seu envio ao Plenário.

O dispositivo segundo o qual a tramitação das medidas provisórias terá início sempre



Cabral: "Quem não concordar que vote contra. Não podemos protelar esta decisão"

pela Câmara, apesar de polêmico, não deve ser motivo para que a PEC não seja votada amanhã, disse Bernardo Cabral. "Quem não concordar que vote contra. O que não podemos é

protelar esta decisão", disse.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que a orientação da base governista será pela aprovação do texto aprovado na Câmara. A restrição do uso de MPs, afirmou Jucá, não deverá trazer dificuldades para o Executivo. Em seus dois mandatos, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou 5.214 MPs.

— O texto que vamos aprovar regulamenta o uso das MPs, e esse e os próximos governos terão que se adaptar à nova realidade — disse.

O texto aprovado na Câmara modifica consideravelmente o instituto das medidas provisórias, impedindo que elas vigorem indefinidamente sem que o Legislativo se pronuncie.



TERÇA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

11h15 — Recebe o ministro Paulo Costa Leite, presidente do STJ
12h — Recebe o deputado Dragoljub Mitsuonovic, presidente do Parlamento da República Federal da Iugoslávia
12h30 — Recebe Roberto Dornas, presidente da Confederação Nacional de Ensino (Confenen)
13h — Almoço com o senador Antonio Carlos Magalhães Júnior

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 133/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de Cantá (RR); e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária e sonora.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Mensagem nº 165/01, encaminha o programa monetário para o terceiro trimestre de 2001; Mensagem nº 160/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Benjamin Zymle para compor o Tribunal de Contas da União (TCU), no cargo de ministro; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99 — Complementar, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 396/99, destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; PLS nº 385/99, isenta do Imposto de Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88 e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto de Renda; e PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*
11h30 — Comissão de Educação
Pauta: entre outras matérias, PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 80/01, determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico; PLS nº 51/01, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal), e o artigo 75 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Requerimento do senador Pedro Simon solicitando a convocação de audiência pública para instrução e discussão do PLS nº 20/01, que regula o disposto no art. 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição federal para disciplinar a exibição de espetáculos públicos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*
14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: relatórios referentes à adequação (BR-060/00), construção (BR-235/00) de trechos rodoviários e implantação de hidrovias (BR-235/00) no Corredor Araguaia-Tocantins; apreciação dos relatórios apresentados aos PLS nºs 8/01-CN, que abre no Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 49 milhões, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; e nº 10/01-CN, que abre no Orçamento Fiscal da União, em favor do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; e Mensagem nº 254/CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, com respectiva exposição de motivos dos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*
16h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: exposição do governador do estado do Paraná, Jaime Lerner. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: PDL nº 212/01, aprova o envio à Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adiestramento em operações de paz; Mensagem nº 124/01, submete à apreciação do Senado a indicação do nome de Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Equador; Mensagem nº 142/01, submete à apreciação do Senado o nome de Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Tunísia; e Requerimento s/nº/01, do senador Jefferson Pêres, solicitando seja convocado o ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão, para prestar esclarecimentos sobre a licitação internacional destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 (dispondo sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus); PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLC nº 27/01, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; substitutivo ao PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e Requerimento nº 256/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia, até que os conflitos envolvendo aquele país sejam melhor esclarecidos.

Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa); PDL nº 212/01, aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adiestramento em operações de paz; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros dos cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; substitutivo do Senado ao PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de coletores de prova de bala por profissionais nas condições que especifica; e Parecer nº 650/01, sugerindo que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciado em maio de 2002, seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outras matérias, apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nºs 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLC nº 21/01, que dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nºs 287 e 569, de 1999, dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos; e substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 284/89, que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
1ª parte: audiência pública, com a presença do jurista Ives Gandra da Silva Martins, para debater a reforma do Judiciário.
2ª parte: entre outras matérias, PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; Requerimento nº 291/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre os resultados financeiros — balancetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos, principalmente de juros e câmbio, mais lucrativos, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, desde 1990 à presente data; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de sequestro; e PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*
18h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*
Quinta-feira
9h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: exposição do ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greiner; do diretor da Ilumina, Roberto Pereira D'Araújo; e dos presidentes Cláudio Avila da Silva, da Eletrobrás, e Eduardo José Bernini, da Comitê do MME, para debater sobre o tema "Modelo Estrutural do Setor Elétrico". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Salário-maternidade pode ser beneficiado com isenção

O salário-educação e o salário-maternidade não devem pagar Imposto de Renda (IR), determina projeto de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que será apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, a ser examinada em caráter terminativo, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O projeto procura apenas deixar explícito, em termos de técnica jurídica, que esses rendimentos já desfrutam de isenção tributária. Imprecisões da legislação atual têm levado muitas empresas a recolher o tributo, segundo o relator.

Está também na pauta projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) estabelecendo o repasse automático, pelo governo federal, para estados e municípios, de recursos da contribuição do salário-educação. A matéria, também relatada por Saturnino, recebeu parecer favorável e será apreciada em caráter terminativo.

O repasse dos recursos, estabelece o projeto, será proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação.



Carlos Bezerra é autor do projeto, que será votado hoje pela CAE

A CAE também deverá examinar projeto de lei da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), obrigando as companhias distribuidoras de GLP (gás liquefeito de petróleo) a revisar seus botijões a cada cinco anos, trocando as válvulas, quando necessário, de modo a reduzir os riscos de acidentes domésticos com o produto.

Outro projeto a ser examinado prevê a regulamentação das zonas de processamento de exportação (ZPEs), detalhando os procedimentos tributários, inclusive sobre a venda no mercado doméstico de parte da sua produção.

Constam ainda da pauta da CAE projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) determinando controle do Senado sobre liquidações extrajudiciais promovidas pelo Banco Central em empresas do mercado financeiro; projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) destinando os recursos dos prêmios não pagos das loterias aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; e projeto de lei, também de Edison Lobão, aumentando de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite de isenção para os aposentados. O projeto recebeu parecer contrário do relator.

CRE decide se convoca o ministro da Defesa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve apreciar hoje requerimento para que seja convocado o ministro da Defesa, Geraldo Quintão. Ele prestaria esclarecimentos sobre licitação internacional, no valor de US\$ 700 milhões, destinada à compra de 108 aeronaves para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB). O presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), é o relator do requerimento.

Deve também ser votado pela CRE decreto legislativo que autoriza o envio à Argentina de contingente militar composto de 42 homens do Exército brasileiro para participar de exercício de adestramento, em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de

setembro. O relator da matéria, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é favorável à aprovação do projeto. A reunião da comissão está marcada para as 17h30.

Na mesma reunião a CRE deve votar mensagem presidencial indicando o diplomata Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Equador. A matéria é relatada pelo senador Fernando Matusalém (PPB-RO). O parecer será apreciado em reunião secreta.

Também em reunião secreta, a comissão decide sobre a indicação do diplomata Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos para assumir a Embaixada brasileira na Tunísia.

CAE examina hoje Código de Defesa do Contribuinte

De autoria de Jorge Bornhausen, o projeto garante ampla defesa, perante o fisco, ao cidadão que se achar vítima de cobrança indevida

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje projeto de lei de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o Código de Defesa do Contribuinte. A proposta, segundo o autor, vai inserir o Brasil na modernidade dos países democráticos, que disciplinam o poder do Estado em benefício do cidadão.

O presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), considera que a proposta é coerente com o papel histórico do Legislativo de "conter a sanha do Estado sobre os indivíduos". A reunião da CAE começa às 10h.

O objetivo básico do novo código é conferir tratamento igualitário entre o fisco e o contribuinte, estabelecendo, para este último, amplo direito de defesa sempre que se achar vítima de cobrança indevida.



Para Bornhausen, a proposta vai inserir o Brasil na modernidade dos países democráticos

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), contudo, o Senado está correndo o risco de aprovar um "código de defesa do sonogador", se não forem adotados muitos cuidados em relação à medida.

O exame da matéria pela CAE ocorrerá num momento em que a carga tributária no Brasil, segundo o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, atin-

ge seu mais alto nível histórico, equivalente a 32% do Produto Interno Bruto (PIB), similar apenas ao de poucos países desenvolvidos, como Suécia, Alemanha e Inglaterra.

Se for aprovado pela CAE, o projeto vai ao Plenário. Obtendo o voto favorável dos senadores, a proposta seguirá para a Câmara, que, segundo previsões, deverá emendá-la.

Para o deputado Delfim Netto (PPB-SP), o assunto tem de ser discutido com profundidade e rapidez em vista da sua importância para o país.

O relator da matéria na CAE, senador Bello Parga (PFL-MA), rejeitou um total de 18 emendas ao projeto e acatou três, mas condiciona a aprovação da proposta a três subemendas por ele oferecidas. Sua intenção, afirmou, é "manter o espírito da proposta original".

Igualdade jurídica entre cidadão e fisco

Autor do projeto do Código de Defesa do Contribuinte, o senador Jorge Bornhausen considera que a proposta "abre a página de uma nova cidadania". Com o código, assinala, o cidadão-contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o fisco para, mediante co-responsabilidade cívica, tratar juntos, e com transparência, da origem da arrecadação pública.

Os direitos e os deveres, acrescentou, são mútuos. Segundo disse, nada se presume negativamente contra um ou outro e o que se decidir, a favor de quem quer que seja, será mediante expressa indicação dos fatos.

O novo código proíbe, por exemplo, a interdição de estabelecimentos. Eles não mais poderão ser impedidos de transacionar com re-

partições públicas, e não podem ser sujeitar a barreiras fiscais e outros meios coercitivos para a cobrança extrajudicial de tributos.

O fisco também não poderá impedir o contribuinte de fruir de benefícios e de incentivos fiscais ou financeiros, de ter acesso a linhas oficiais de crédito ou de participar de licitações, a não ser por decisão judicial.

CE vota maior controle da programação infantil na TV

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga as emissoras de rádio e televisão a transmitir pelo menos cinco horas de programação voltada para a educação moral, cultural e intelectual das crianças será analisado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação. A proposta tem parecer favorável do senador Nilo Campos (PSDB-RJ) e é um dos 31 itens que estão na pauta da reunião da CE, marcada para as 11h30.

Também será votado projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que dispõe sobre a libe-

ração de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A proposta estabelece que, no caso de inobservância do prazo de prestação de contas pelos municípios, não haverá a suspensão do repasse durante o primeiro exercício financeiro da nova administração municipal.

Outro projeto na pauta altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta pretende atenuar a violência urbana por meio de mais rigor para punir certos delitos. Conforme a proposta, no homicídio culposo, a pena é aumentada em um terço



Autor do projeto, Simon quer cinco horas diárias de programas educativos

se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato ou foge para evitar prisão em flagrante.

Na mesma reunião, deverá ser examinado projeto da Câmara que denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre o aeroporto da capital pernambucana.

Oposição quer ouvir Malan e Fraga sobre acordo com FMI

Heloísa Helena anuncia apresentação de requerimento para convocação do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, entre outras autoridades. Eles deverão comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresenta hoje requerimento, também assinado por outros parlamentares oposicionistas, pedindo à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a convocação do ministro Pedro Malan, da Fazenda, do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e de assessores, para discutirem ali os termos do último acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A apresentação do requerimento será feita durante reunião da CAE, marcada para as 10h. Em pronunciamento no Plenário, a senadora citou também o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, entre as autoridades a serem convocadas.



Heloísa Helena deve apresentar o requerimento na reunião de hoje da CAE

A presença do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, segundo os parlamentares que assinam o requerimento, é indispensável para que o Senado possa tirar todas as dúvidas que cercam o acordo, principalmente no que se refere às exigências feitas pelo FMI para conceder novo empréstimo ao Brasil, no valor de US\$ 15 bilhões.

Os parlamentares temem que essas exigências acabem resultando em maiores cortes de investimentos destinados, no orçamento fiscal, aos setores considerados prioritários, como os da área social – notadamente saúde e educação – e os de infra-estrutura,

sobretudo os direcionados para a recuperação de estradas e para a geração de energia elétrica.



Malan tem dito que o acordo vai dar mais tranquilidade à atual política econômica

Tanto Malan quanto Armínio Fraga têm explicado nos últimos dias que o acordo firmado com o FMI é imprescindível para devolver ao Brasil a segurança de que necessita no cenário internacional, de modo a não sofrer nenhum dano no fluxo de investimentos diretos direcionados ao país.

Para Malan e Fraga, o recente acordo com o FMI vai dar à atual política econômica a tranquilidade de que necessita para evitar movimentos especulativos que venham a ameaçar a estabilidade do real. Fortalecidas as reservas internacionais do país, com uma injeção de US\$ 15 bilhões, ainda que liberados em diversas parcelas, será possível ao Banco Central fazer frente aos movimentos especulativos com as cotações do dólar no mercado interno.

vimentos especulativos com as cotações do dólar no mercado interno.



Martus Tavares também pode ser convocado para explicar cortes no orçamento da União



Armínio Fraga acredita que não haverá dificuldade para cumprir o novo acordo com o FMI

Liberação de US\$ 15 bilhões será feita em parcelas

O acordo acertado previamente no início deste mês entre a missão do governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê a liberação de US\$ 15 bilhões em reforço às reservas internacionais do país. O montante equivale a 400% da quota do Brasil mantida naquela entidade, criada pelo acordo de Bretton Woods, ao final da Segunda Guerra Mundial, para impedir uma desestabilização monetária e graves desequilíbrios no balanço de pagamentos nos países do Ocidente.

O novo programa acertado entre o governo brasileiro e o FMI cobrirá o período de setembro de 2001 a dezembro de 2002. Do total dos recursos previstos no empréstimo, 25%

serão provenientes de um empréstimo "stand by" (contra desequilíbrios do balanço de pagamentos) e 75% na modalidade de uma "Supplementary Reserve Facility", destinados propriamente ao fortalecimento das reservas internacionais do país.

Os valores ora contratados são adicionais aos US\$ 3,8 bilhões que constituem, no momento atual, os recursos desembolsados para o Brasil pelo FMI e ainda não pagos pelo país, referentes ao

acordo anterior.

O novo acordo com o Brasil deverá ser submetido ao Conselho de Administração do FMI em meados de setembro. Após aprovação pela diretoria da entidade, a primeira parcela tornará disponíveis para o Brasil recursos da ordem de US\$ 4,6 bilhões.

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, não acredita que o Brasil tenha qualquer dificuldade para cumprir o novo acordo firmado com o FMI, uma

vez que o governo já vem promovendo os ajustes fiscais normalmente exigidos pela instituição.

No período de janeiro a junho deste ano, por exemplo, foi conseguido um superávit primário (receitas menos des-

pesas, exclusive os encargos com a dívida pública) no valor de R\$ 18,64 bilhões, equivalentes a 3,18% do PIB (Produto Interno Bruto).

A título de comparação, o resultado obtido no mesmo período do ano 2000 foi de 2,99% do PIB. A meta que vai fazer parte do novo acordo com o Fundo não deve superar os 3% do PIB de superávit primário para todo o período coberto pelo acordo.

Heloísa diz que é indispensável análise do Senado

Em pronunciamento feito ontem à tarde, no Plenário, a senadora Heloísa Helena disse que os acordos que o país firma com o FMI devem ser aprovados pelo Senado. A tese contraria a interpretação da equipe econômica do governo sobre o assunto. "Espero que desta vez o Congresso não se comporte como anexo arquitetônico do Palácio do Planalto e exija explicações da equipe econômica, porque há muita mentira em torno desse acordo com o FMI", afirmou a senadora.

– Foi noticiado que o Brasil rece-

berá 15 bilhões de dólares, mas isso é mentira. Agora só devem vir 2 bilhões de dólares, e o resto até o final do ano que vem. Na verdade, não haverá dinheiro novo do FMI para o Brasil e o Fundo ainda exigirá dos brasileiros novos cortes no orçamento da União, tirando dinheiro da educação, da saúde, da área social – observou.

Heloísa Helena opinou que "se tenta passar aos brasileiros" a imagem de que o FMI "é uma instituição filantrópica, que está ajudando o Brasil", quando se trata de uma

entidade financeira que "age apenas para preservar o interesse dos credores internacionais". Assim, o FMI estaria agindo para evitar que os investidores estrangeiros, "aqueles parasitas do mundo chamados de capital volátil", tenham prejuízos.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) lamentou que nas negociações com o FMI exista um ponto intocável, que é o superávit primário das contas públicas, permitindo que sobre "mais de 30 bilhões de reais" para o pagamento de juros "aos especuladores financeiros".

Líder do governo diz que Malan dará todas as explicações ao Senado

Romero Jucá assegura que base governista vai apoiar convocação do ministro da Fazenda, e que termos do ajuste serão enviados à análise dos senadores

A base do governo no Senado vai apoiar a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar o recém-anunciado acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo afirmou ontem em Plenário o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele disse ainda que os termos do acordo serão enviados para aprovação do Senado Federal.

— Em nome da liderança do governo, quero dizer que concordamos com o requerimento apresentado pela oposição e, no momento certo, vamos votá-lo e aprová-lo para que o ministro Pedro Malan possa vir, novamente, demonstrar o esforço que o governo Fernando Henrique tem feito no sentido de manter a economia equilibrada, buscando conter o endividamento e procuran-



Segundo Jucá, acordo é fundamental para garantir o equilíbrio e a governabilidade deste e do próximo governo

do os caminhos para dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento — disse Jucá.

O líder do governo ressaltou que o acordo acertado com o FMI é extremamente importante para o

Brasil, especialmente no momento em que os fundamentos da economia estão vivendo um período de grande insegurança em razão da crise argentina. Segundo Jucá, ao garantir os recursos que serão

alocados para o país, o Fundo vem demonstrar que os fundamentos da economia brasileira estão no caminho certo e não se vinculam à questão Argentina.

— Essa finalização em nível internacional, é fundamental não só para o governo Fernando Henrique, mas para garantir o equilíbrio e a governabilidade do próximo governo, para que não se chegue ao final do período em crise, devido a algum desses contratos internacionais — afirmou o senador.

Jucá disse também que o acordo com o FMI foi negociado com grande responsabilidade e que o governo nada teria a esconder em relação a seus termos.

— Eu tenho certeza de que o ministro irá explicar bem o acordo e demonstrar que o país está no caminho certo.



Matusalém: advogados devem retirar processos sobre Imposto de Renda Pessoa Física

IR: advogado pode acessar processo

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador Fernando Matusalém (PPB-RO) que autoriza a retirada, pelos advogados, da respectiva repartição pública, de processos administrativos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). De acordo com o projeto, o advogado ou o réu terá o prazo máximo de oito dias para a análise do processo.

Matusalém observou que o projeto tem por objetivo corrigir uma falha grave, incluída nas disposições transitórias da lei do Imposto de Renda e que contraria o consagrado direito de os advogados terem vista de qualquer processo. Segundo informou, servidores encarregados da guarda de processos recusam-se até a atender a pedidos de carga processual, mesmo em face de argumentos solidamente formulados por advogados e contribuintes. O senador observou que a questão já foi apreciada, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que assegurou aos advogados o direito de ter vista dos autos, fora da repartição. Matusalém disse que a proposição de sua autoria é do próprio interesse da Fazenda Pública. Motivo: caso os advogados continuem a ser impedidos de ter acesso aos autos, os processos serão passíveis de anulação, com fundamento na alegação de cerceamento de defesa.

Lúdio Coelho apóia convite a autoridades econômicas

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) felicitou ontem a oposição, em discurso no Plenário, pelo convite ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para que compareçam ao Senado e expliquem as medidas e causas do acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Quem sabe aqui teremos idéias boas e promissoras para oferecer ao Executivo”, disse.

O senador, que apóia a gestão de Pedro Malan no Ministério da Fazenda, disse que um país recorrer ao FMI significa apenas fazer uma consulta ao organismo competente. “Quando uma pessoa está doente, faz uma consulta médica. Quando a economia de um país está em dificuldade, procura-se o fundo competente para tratar disso”, afirmou. Ele destacou que os países desenvolvidos estão estudando a redução coletiva das

obrigações dos países devedores, uma vez que as economias dessas nações são importantes para o mundo, por assegurarem rendimentos à aplicação dos recursos capitalistas.

Elogiando a atitude da família brasileira que, entendendo a gravidade da situação energética do Brasil, conseguiu reduzir gastos com energia elétrica, Lúdio sugeriu que o Brasil precisa economizar mais, em todos os setores governamentais.



Lúdio elogia esforço popular para reduzir energia e defende corte de gastos do governo

Comissão de Orçamento examina investigações do TCU

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 14h30, para examinar as conclusões de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre três obras rodoviárias do Centro-Oeste que apresentavam irregularidades. São trechos próximos de Brasília e da divisa de Tocantins com o Pará. O TCU recomenda que as liberações de verbas destinadas às obras, que estavam suspensas, voltem a ser autorizadas, após aplicação de multas aos responsáveis pelas irregularidades. Trata-se basicamente de subcontratação, sem novas licitações, de serviços por

parte das empresas encarregadas das obras.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), serão discutidos dois pedidos do Executivo para abrir créditos suplementares ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Presidência da República, no valor de R\$ 57,3 milhões. Do total, R\$ 49 milhões serão empregados na instalação e funcionamento da Corregedoria Geral da União e da Comissão de Ética Pública. Outros R\$ 8,3 milhões serão gastos pelo Ministério do Planejamento na divulgação de ações do governo.



Pedidos do Executivo para abertura de créditos suplementares serão analisados hoje pela Comissão Mista de Orçamento

Jefferson pede a renúncia de Jader à Presidência

Segundo o senador, membro do Conselho de Ética, “não há mais clima” para a permanência do presidente licenciado do Senado no cargo



Jefferson Péres informou que Jader Barbalho deve ser o último a depor

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu ontem em entrevista que o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, renuncie ao cargo. Jefferson é membro da comissão criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para realizar apurações preliminares sobre as denúncias contra Jader Barbalho. Segundo afirmou, “não há mais clima” entre os senadores para que Jader permaneça no comando da Casa.

— Ele não tem condições de continuar na Presidência. Esse

é o sentimento dos senadores — disse Jefferson, ressaltando que a renúncia ao mandato é uma decisão pessoal de Jader.

Jefferson afirmou que a comissão aguarda o discurso que o presidente licenciado deverá fazer esta semana em resposta às acusações. Para Jefferson Péres, a comissão deve analisar “com total isenção” os extratos bancários, referentes ao período em que Jader foi governador do Pará, entre 1983 e 1987, que o senador prometeu entregar à Mesa do Senado.

Comissão que apura denúncias reúne-se hoje

A comissão criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para realizar investigações preliminares sobre as acusações contra o presidente interino do Senado, Jader Barbalho, realiza hoje a primeira reunião, quando irá definir o seu funcionamento. Compõem a comissão os senadores Jefferson Péres, João Alberto Souza (PMDB-MA) e Romeu Tuma (PFL-SP). Segundo Jefferson Péres, o colegiado não deve escolher um relator, e o relatório final, caso não seja aprovado por unanimidade, será acompanhado de voto em separado do senador que tiver entendimento diferente dos demais.

Como primeira diligência, Jefferson afirmou que a comissão deve solicitar as fitas com gravações telefônicas nas quais o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM) envolveria Jader em



Os senadores João Alberto e Romeu Tuma compõem, juntamente com Jefferson Péres, a comissão que vai averiguar as acusações contra Jader



suposta cobrança de propina para liberação de recursos da então Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A comissão deve também, informou Jefferson Péres, enviar as gravações para perícia.

A partir de então, segundo o senador amazonense, a comissão vai decidir quando ouvirá o deputado e quais serão as primeiras testemu-

nhas. Ele informou ainda que Jader deve ser o último a ser ouvido.

— Vamos fazer as apurações com isenção, sem querer linchá-lo ou inocentá-lo previamente. A comissão vai agir corretamente, como é a sua obrigação. Não podemos fazer um prejulgamento. Ele tem amplo direito à defesa e podemos, inclusive, inocentá-lo ao final.

Lobão deve presidir sessões do Congresso

O senador Lauro Campos (PDT-DF), em questão de ordem, solicitou informações à Mesa sobre os aspectos legais relativos à licença de Jader Barbalho do cargo de presidente do Senado. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que presidia a sessão, informou que a Mesa tem o entendimento de



Valadares: Edison Lobão está investido das prerrogativas do cargo de presidente

que, estando o titular licenciado do cargo, assume, de forma temporária, o vice-presidente, no caso o senador Edison Lobão (PFL-MA).

— Quem está investido de todas as prerrogativas inerentes ao cargo (de presidente do Senado) é o senador Edison Lobão, primeiro-vice-presidente do Senado Federal —

esclareceu Valadares. Ele acrescentou que Lobão também presidirá as sessões do Congresso Nacional, conforme estabelece o parágrafo 5º do artigo 57 da Constituição, segundo o qual “a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo presidente do Senado”.

Em sua questão de ordem, Lauro Campos comentou também que a cadeira da Presidência do Senado virou “cadeira elétrica”, e elogiou quem “tem coragem de assumir hoje” o cargo.

Jucá destaca centenário de nascimento de Pedro Aleixo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o centenário de nascimento do jornalista, escritor, político e advogado Pedro Aleixo, comemorado no último dia 2. Segundo afirmou, Aleixo inscreveu seu nome na história como um político notável, que manteve a coerência e os compromissos democráticos mesmo nos instantes mais dramáticos da vida do país. Tendo exercido cargos políticos por mais de meio século, disse o senador, Aleixo deixou precioso legado em defesa dos direitos humanos, da pluralidade partidária

e da justiça social.

Deputado federal por várias legislaturas, ministro da Educação e Cultura e vice-presidente da República no regime militar, Aleixo nunca demonstrou apego aos cargos, “preferindo, às honrarias e ao poder, a convivência com suas convicções democráticas e humanistas”, disse Jucá.

O senador recordou a atuação de Pedro Aleixo como advogado, professor de Direito, escritor e jornalista, sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e sua participação na fundação do jornal *Estado de Minas*.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Pedro Simon e o padre Virgílio Leite Uchôa, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, falam sobre os excluídos e a política
7h30 — *Entrevista* — A fotógrafa Regina Santos fala sobre o lançamento do livro *Timor Larosa*
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo, doença na família — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Sergipe
9h30 — *Entrevista* — O representante da ONU, José Carlos Libânio, fala sobre a ONU e o desenvolvimento humano
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravada)
13h30 — *Cidadania* — O sen. Pedro Simon e o padre Virgílio Leite Uchôa, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, falam sobre os excluídos e a política
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores —

Indicação de embaixadores para Equador e Tunísia e PDL 212, de 2001, que aprova o envio de 42 militares para participar da Operação de Paz na Argentina
20h30 — *Entrevista* — A fotógrafa Regina Santos fala sobre o lançamento do livro *Timor Larosa*
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Carlos Wilson cobra do governo atenção à fruticultura

Senador lamenta anúncio de que o Vale do Rio São Francisco poderá sofrer racionamento de energia e adverte que uma grande elevação dos custos inviabilizaria a agricultura irrigada na região

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), defendeu maior atenção por parte do Ministério da Agricultura para a fruticultura, especialmente a resultante da agricultura irrigada no Vale do Rio São Francisco. O senador declarou estar preocupado com o anúncio governamental de que a região poderá sofrer racionamento de energia.

— No momento em que se deveria discutir o desenvolvimento, a instalação de uma agroindústria que perenizasse a produção, estamos de



Carlos Wilson espera um tratamento diferenciado ao setor

volta à discussão inicial. A fruticultura terá que provar sua viabilidade novamente — disse Carlos Wilson, reclamando também do fato de o governo dirigir suas ações no setor agropecuário apenas para os grãos e as carnes.

O senador informou que a agricultura irrigada no Vale do São Francisco compreende 330 mil hectares, que produzem, anualmente, 1,8 mil toneladas de frutas, sendo que apenas do lado pernambucano o setor gera 50 mil empregos e produção que representa aproximadamente R\$ 100

milhões por ano.

— A necessidade de racionamento de energia deve elevar os custos de produção de tal forma que poderá inviabilizar a atividade — alertou o senador, ao lembrar que a fruticultura na região do São Francisco desenvolveu-se “praticamente sozinha, sem apoio de pesquisa agrícola, de *marketing* ou de comércio exterior”. Dos 330 mil hectares, menos de um terço é irrigado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o restante é de competência da iniciativa privada, esclareceu.

Para demonstrar a importância do setor, Carlos Wilson observou que entre 1970 e 1990 a área irriga-

da no Brasil cresceu 266%, e no mesmo período, no Nordeste, o crescimento foi de 530%, sendo que na região do Vale do São Francisco o crescimento foi de 286%.

— Ainda que os responsáveis pelo comércio exterior desconheçam o que o Brasil é capaz de produzir além de carne e grãos, ainda que o Ministério da Agricultura faça vistas grossas à exuberância da produção de uvas de mesa, mangas, goiabas, coco, melões e outras frutas, os empresários brasileiros da fruta jamais esmoreceram. Por isso, espero que o governo dê um tratamento diferenciado ao setor, que já provou sua viabilidade econômica ao longo dos últimos anos — disse Carlos Wilson.

Senado vota criação de distrito agropecuário

O Senado decide hoje se autoriza o Poder Executivo a criar no município de Cantá, situado em Roraima, distrito agropecuário destinado a desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico e mineração, além de incentivar a preservação e a pesquisa.

Apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), o projeto visa transformar Cantá em pólo de desenvolvimento agropecuário, para aumentar a oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, nos estados de Roraima e Amazonas. Jucá considera esse o meio mais eficaz para propiciar o aproveitamento racional dos recursos naturais e a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativistas da região.

O mesmo projeto determina que compete ao Ministério do Planejamento, por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no distrito agropecuário. Na mesma sessão, o Senado vota decretos legislativos destinados a renovar a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Associação Comunitária Artística e Ecológica, de Planalto (BA); Associação Cultural e Comunitária, de Jaguariúna (SP); Fundação Educativa e Cultural São Francisco, de Itaúna (MG); Associação Comunitária Vale da Eletrônica, de Santa Rita do Sapucaí (MG); e MR Radiodifusão, de Codó (MA).

Marina destaca o sucesso de programas extrativistas no Acre

Após visita a comunidades acreanas nas quais habitam famílias que vivem da extração de produtos naturais da Floresta Amazônica, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse estar retornando às atividades parlamentares “nutrida pelos sonhos que foram realizados”. Ela explicou estar alegre com os resultados obtidos



Marina: mais de três mil famílias deixaram periferias das cidades

pelos programas de economia extrativista no Acre, e ressaltou a importância da Lei Chico Mendes, que estabeleceu subsídio para a borracha e viabilizou a atividade seringueira.

Segundo a senadora, graças à política de incentivo, no Acre mais de três mil famílias já deixaram as periferias das cidades e retornaram às atividades da economia extrativista, pois agora podem obter sustento econômico a partir desse trabalho, em movimento inverso ao de outros estados.

Marina manifestou sua satisfação por ter participado da mobilização que levou o governo federal a disponibilizar benefícios como preço mínimo para a borracha e financiamento especial para quem vive da extração. Ela observou que o Acre está dando o exemplo de que é possível compatibilizar as atividades extrativistas com outras formas de produção, como a exploração de madeira auto-sustentada e a agropecuária branca, que não faz queimadas e não derruba florestas. A senadora informou que propôs ao Ministério do Meio Ambiente que acompanhe e avalie o desempenho desses programas no Acre, para que possíveis erros sejam corrigidos.

Comissão especial debate com Lerner o modelo elétrico do país

A comissão especial mista criada para estudar as causas da crise no abastecimento de energia elétrica no país e propor alternativas ao seu equacionamento recebe hoje, às 16h30, o governador do Paraná, Jaime Lerner, para discutir o modelo estrutural do setor elétrico no Brasil.

Com o mesmo propósito, a comissão fará audiência pública na quinta-feira, às 9h30, com presença de Peter Greiner, ex-secretário de energia do Ministério de Mi-

nas e Energia; Roberto Pereira D'Araújo, diretor da organização não-governamental Ilumina; Cláudio Ávila da Silva, presidente da Eletrobrás; e Eduardo José Bernini, presidente do Comitê do Mercado Atacadista de Energia Elétrica.



Lerner é convidado da comissão especial sobre energia

Patrocínio pede que Tocantins não seja multado

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez ontem apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para que o estado do Tocantins não seja multado por não ter atingido sua meta de 15% de economia no consumo de energia elétrica durante o mês de julho.

— Não foi possível cumprir a meta porque, em julho, milhares de turistas viajam ao estado para aproveitar suas inúmeras praias nos rios Tocantins e Araguaia. É claro que o consumo de energia elétrica aumenta. Tenho certeza de que, durante o mês de setembro, quando não teremos mais tantos visitantes, será possível cumprir nossa meta de economia — garantiu.



Patrocínio explica que presença de turistas aumentou o consumo

Para Patrocínio, seria injusto multar o estado por ter economizado apenas 12%, ao invés de 15%, pois o Tocantins consome apenas 50% do que produz de energia elétrica, exportando o restante para a região Sudeste. “No final do ano, poderemos exportar mais 300 megawatts de energia, com a entrada em funcionamento da primeira etapa da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães”, explicou.

O senador afirmou que prefeitos, associações de comércio e indústria, bem como moradores do estado estão motivados a economizar energia elétrica. “Julho foi um mês atípico, vamos mostrar nossa boa vontade durante o mês de agosto”, previu.

Jefferson defende reajuste para servidor público federal

Ele pediu à Comissão de Orçamento que encontre saída para a questão, lembrando que os funcionários estão sem aumento há sete anos

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) dirigiu ontem, em Plenário, apelo aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento para que revejam a proposta orçamentária de 2002 e destinem recursos que possam assegurar reajuste salarial aos servidores públicos federais. O funcionalismo já anunciou uma paralisação nacional, marcada para o dia 22, em protesto contra a não inclusão, pelo Poder Executivo, de proposta de reajuste no orçamento do próximo ano.

— Não podemos aumentar o buraco nas contas públicas, mas o funcionalismo precisa ser atendido — afirmou, lembrando que 2/3 dos servidores estão sem aumento há sete anos. Além de se tratar de uma questão de justiça, Jefferson sustenta que

a majoração dos vencimentos dos servidores federais é “imperativo constitucional”.

O senador explicou que uma emenda à Constituição, aprovada em 1998, assegurou a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

Como a previsão de reajuste não foi incluída no Orçamento de 2000, informou, à época o PDT e o PT ingressaram com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF). Em abril passado, o STF anunciou decisão



Jefferson citou a decisão do STF em favor da correção salarial

unânime acolhendo a Adin.

Jefferson conclamou o Congresso a encontrar uma saída para a questão, observando que uma sentença da Alta Corte do país não pode se tornar “inócua”. “A grande maioria dos servidores está miserabilizada e não agüenta mais arrocho”, disse. Ainda durante o

pronunciamento, o senador relatou seu empenho pessoal para acelerar o desfecho do caso, a partir de contatos mantidos com os ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio de Mello, do STF, e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Mozarildo: aumento não pode ser adiado

O Congresso não pode mais adiar a discussão sobre o aumento do funcionalismo, defendeu ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Apesar de avaliar que os parlamentares saberão encontrar solução para o caso, Mozarildo pre-



Parlamentares saberão encontrar uma solução, afirma Mozarildo

viu que a discussão será acalorada, já que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar ação relacionada ao reajuste, não estabeleceu prazo para que o governo envie o projeto de lei nem fixou o momento a partir do

qual estaria caracterizada a omissão.

Mas a principal polêmica, na sua opinião, se dará em torno do percentual de reajuste, pois, enquanto alguns advogam a idéia de que o funcionalismo teria direito à reposição de 34,54%, os servidores reivindicam aumento de 75,48%.

Mozarildo ressaltou que, desde a sua posse, Fernando Henrique abandonou a política de conceder ao funcionalismo reajustes lineares de salários a cada mês de janeiro e optou por aumentar os salários das

categorias típicas de Estado, como diplomatas, fiscais, policiais e militares. No entanto, observou, mesmo entre esses servidores “é difícil encontrar quem esteja contente”.

— Todo o gasto da União com pessoal aumentou 53,71% entre 1995, o primeiro ano do governo Fernando Henrique, e o ano passado. É pouco mais que a inflação do período, de 50,8%. E nem tudo isso é aumento de salário: os gastos elevaram-se também por conta da contratação de pessoal e de novas aposentadorias. Assim, na média, a massa salarial do pessoal da ativa diminuiu. Há casos até de redução, como entre os auditores da Receita Federal, por exemplo.

Lauro Campos elogia atitude do presidente do STF

O senador Lauro Campos (PDT-DF) elogiou ontem a atitude do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, de reafirmar que o governo federal tem a responsabilidade e a obrigação de conceder os reajustes salariais em atraso do funcionalismo público. Lauro salientou que o governo do presidente Fernando Henrique faz questão de pagar a dívida externa pontualmente, mas esquece-se de pagar a dívida social, “subtraindo

dos trabalhadores e dos servidores públicos brasileiros seus direitos, para manter o serviço da dívida em dia”.

— Na hora de pagar o que devem ao país, eles, do governo, protelam sempre e não pagam. O principal pacto de um presidente da República deveria ser com a coletividade e com os menos protegidos da sociedade — enfa-



Lauro: FHC faz questão de pagar dívida externa

tizou o senador, para quem o presidente da República está descumprindo a Constituição.

Lauro Campos advertiu que a América Latina, principalmente o Brasil e o México, está trilhando o mesmo caminho que levou à crise por que passa a Argentina, caminho baseado nos preceitos neoliberais.

Segundo ele, o ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, “é o grande responsável pela destruição de nossa nação irmã”.

Romero Jucá apóia medidas em favor de sanitaristas da Funasa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou seu apoio ao pedido encaminhado pelo ministro da Saúde, José Serra, ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para reestruturação da carreira de sanitarista da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e



Jucá também destacou prêmio conquistado pela Boa Vista Energia

entidades vinculadas. Jucá acrescentou que, junto com o pedido, Serra também encaminhou todo o arcabouço jurídico para que a carreira possa ser estruturada.

— Vejo que o senador Tião Viana (PT-AC), até como médico, também está favorável à colocação que estou fazendo. Entendemos que é fortalecendo a carreira de sanitarista que o

governo dará um passo ainda mais importante no sentido de melhorar a saúde pública brasileira — afirmou Jucá.

Outro assunto abordado por Jucá foi a premiação concedida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee) à Boa Vista

Energia (Bovesa). A empresa conquistou o prêmio Abradee 2001, de excelência de evolução e desempenho no Brasil. A Bovesa, informou, foi a empresa que melhores indicadores apresentou por conta da evolução do seu desempenho. O senador parabenizou seu presidente, Astrogildo Quintal, toda a diretoria e os funcionários.

Senado aprova pesar pela morte do ex-governador Plínio Coelho

O Senado aprovou requerimento apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestando pesar pelo falecimento do ex-governador do Amazonas Plínio Ramos Coelho, ocorrido no último domingo, em Manaus. Ele tinha câncer no pulmão e vinha lutando contra a doença havia dois anos, informou. O requerimento foi subscrito pelos senadores Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM).

A morte de Plínio Ramos Coelho deixa o estado do Amazonas empobrecido, lamentou Cabral, lembrando que o ex-governador, além de político, foi jornalista, advogado, escritor e poeta.

— Ele se elegeu governador aos 35 anos, em uma campanha que tinha como lema “o tostão contra o milhão”. Mesmo assim conseguiu derrotar a oligarquia política que ao longo dos anos vinha tomando conta do estado — destacou Bernardo Cabral.

Nascido em Humaitá (AM), Plínio Ramos Coelho foi deputado estadual constituinte, deputado federal, governador por duas vezes e membro da Academia de Letras do seu estado. Em seu primeiro mandato como governador (1955 a 1958), ele no-

meou os hoje senadores Bernardo Cabral como chefe de polícia e, posteriormente, secretário de Interior e Justiça, e Gilberto Mestrinho como prefeito de Manaus.

Por sua vez, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que Plínio

Coelho deixa exemplo de probidade e de como se conduzir no exercício das atividades políticas e cargos eletivos. O senador registrou que, apesar de ter ocupado os principais cargos públicos do Amazonas, o ex-governador era um homem reconhecidamente pobre. Nabor

lembrou ainda que Plínio Coelho foi o último governador a ser cassado pelo regime militar de 1964.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) destacou que Plínio Coelho, ao assumir o governo do Amazonas pela primeira vez, encontrou o estado em meio a profunda crise, com pobreza generalizada e atraso no pagamento do funcionalismo. “Ele soergueu as finanças estaduais e fez um governo de grandes realizações”, afirmou, acrescentando que depois da redemocratização do país, Plínio chegou a disputar algumas eleições mas não foi bem-sucedido. “Acabou abandonando a vida pública”, disse.